

A intransparência da globalização

Fernando Ponte de Sousa

*Professor do Departamento de Sociologia e Ciência Política da UFSC,
doutor em Psicologia Social pela PUC/SP e integrante do
colegiado do Memorial Brasileiro dos Direitos Humanos - MBDH/UFSC.*
ponte@cfh.ufsc.br

Resumo

Este artigo aborda aspectos do processo da chamada globalização que permanecem pouco esclarecidos: o descompasso entre as políticas econômicas adotadas e os resultados alcançados e a falta de transparência da real situação financeira dos países como elementos impossibilitadores da consciência histórica das populações envolvidas. Analisa a constituição de três blocos regionais (ALCA, MERCOSUL e União Européia) em perspectiva comparada para concluir que o modelo intransparente de mundialização adotado guarda associação com formas autoritárias de novo tipo, contra as quais devem ser adotados mecanismos de ampliação e democratização dos processos decisórios.

Palavras-chave: Globalização. Intransparência. Blocos regionais.

1. Globalização e Regulação

A globalização parece portadora de uma radioatividade devastadora, não transparente, porque incontrolável: a infelicidade das multidões, parafraseando A. Negri, que deriva do caos social, da impossibilidade administrativa da economia.

Na crônica dos agentes financeiros internacionais, os "novos sujeitos" da globalização econômica, o diagnóstico da crise é preciso, ou seja, a falta de transparência leva à desestabilização. Trata-se, no caso, da falta de transparência da real situação financeira dos países e da falta de informações precisas sobre as medidas concernentes que nesse campo não podem ser vagas. Disso depende a credibilidade, outro conceito chave quando as decisões envolvem recursos como créditos ou como investimentos.

A relação positiva entre informação e ajuda é chave para o processo decisório dos agentes financeiros, visto que o seu contrário, uma relação negativa desses fatores que gera um vasto campo de incertezas, corrói por inteiro títulos e políticas pré-fixadas como de longo prazo. Como conseqüência, a falta de controles aparece então como problema que preenche as agendas governamentais, tanto com relação à inflação como quanto à política fiscal e ao déficit público – itens perseguidos como critérios em

percentuais administráveis para a formação dos blocos geo-econômicos, como ilustra o caso da União Européia. E o preço social da aplicação desses critérios? Mesmo os governos social-democratas relativizam a questão ao redefinir pelo conceito utilitarista o que se chama de social, ou seja, que não pode ser considerado social o alto déficit e alta dívida pública e sendo assim, não é social onerar as próximas gerações a pagarem por isso, mesmo que a custa de um desemprego que aumenta a curto prazo.

É sob tal pragmatismo que um outro aspecto da intransparência da globalização se insurge, apesar dos mecanismos de controle aprimorados, trata-se do aparente descompasso entre as intenções das políticas econômicas adotadas e os resultados alcançados. No caso brasileiro, segundo a carta de intenções do governo solicitando recursos ao FMI, o exemplo é cabal e confessado com todas as letras:

As reformas incluem a continuada abertura da economia por meio da liberação do comércio e dos fluxos de capital, o que talvez seja o mais amplo programa de privatizações da história, a desregulamentação de setores chaves da economia (MALAN e FRANCO, 1998).

Na continuidade do texto são citadas as cifras de investimento interno e externo que cresceram no Brasil nos últimos anos; ora, como pode ser esse o argumento para a solicitação do crédito quando, paradoxalmente é o mesmo argumento da política econômica que levou o país à números em campos que caracterizam sua crise, tais como o alto déficit, altas dívidas interna e externa, desemprego, esvaziamento de suas reservas e queda do PIB, entre outros?

Alguma coisa não está clara. Na carta acima citada, o então ministro da Fazenda compromete-se com a transparência, mas junto ao FMI: "estreitas relações com o Fundo, bem como realização de consultas sobre a adoção de medidas que poderão ser necessárias".

Entretanto, sob o paradoxo anterior, qual seja, o de que as medidas que o governo compromete-se com o FMI, "as reformas", agora em doses maiores, são as mesmas que levaram ao descontrole e a crise, esconde-se o fato de que nem tudo é crise e têm-se quem ganha e muito, com as mesmas; esse é o paradoxo da crise e sua intransparência, pois o que parece é que todos estão perdendo.

Na realidade, estão perdendo os que dependem do valor da reprodutividade social, em escala internacional e em contradição com as regulações nacionais. As forças

produtivas da sociedade já ultrapassaram, há muito tempo, as fronteiras definidas, primeiro como locais, depois como nacionais e agora como regionais, como uma realidade independente, cujos controles locais/setoriais são inócuos e distantes das decisões fundamentais. Quanto mais o conceito de cidadania se estreita com a redefinição dos processos decisórios, mais centrais e mais restritos, mais distantes ficam as pessoas de qualquer decisão mais importante sobre suas vidas. Esse é o sentido mais devastador da intransparência da globalização: impossibilitar a consciência histórica.

Portanto, o impasse histórico a que a humanidade foi levada não reside entre a possibilidade ou impossibilidade da regulação econômico-social, face a mundialização, especialmente a força e autonomia conquistadas pelo capital monetário (CHESNAIS, 1996), mas sim qual regulação está em movimento e quais termos e classes concretamente favorecidas sustentam os agentes financeiros como os únicos sujeitos possíveis. Por isso, é comum a grande imprensa noticiar medidas econômicas e políticas de maior importância comentando qual a repercussão do mercado, não a da sociedade, ou seja, qual a opinião dos gestores de capitais, dos que sempre ganham com a mundialização do capital. Quando a sociedade é subsumida ao conceito de mercado e quando os agentes do mesmo são, por sua vez, o que de fato é importante como sociedade civil, é porque a sociedade está submetida à disponibilidade dos capitais especulativos. É então, o seu próprio conceito que está em questão, pelo menos quanto às possibilidades de seu sentido histórico – tal impossibilidade é sua intransparência.

Reside aí o desafio maior, o de pesquisar se tal percurso encerra contradições que lhe saturam e criam alternativas. Para cumprir o propósito acima, o desenho da globalização em performances de índices comparativos é importante para ilustrar certos condicionantes que fazem as diferenças entre países e blocos geoeconômicos. Mas trata-se aqui de compreender a intervenção de setores organizados que possam de alguma forma influenciar no processo decisório da globalização, se é que isso possa assim ser colocado. Dessa forma, o reconhecimento das intervenções passam por dois âmbitos caracterizados: 1) a intervenção dos organismos multilaterais, governos, e parlamentos, organizações empresariais e de trabalhadores; 2) o âmbito mundial, em combinada articulação nacional através da formação dos blocos regionais, tais como MERCOSUL, União Européia e ALCA. Daí ser necessário uma rápida caracterização de tais blocos.

A constituição dos três blocos regionais proposto aqui para estudo, o MERCOSUL, União Européia e ALCA (em formação), resulta de forma significativa

de uma inter-relação entre inversões estrangeiras e comércio cujas tendências não têm sido muito estáveis enquanto cursos duradouros. O comércio é mais concentrado que as inversões, que depende menos de fatores regionais. Por isso, o comércio tem favorecido a integração regional, âmbito em que desempenha um papel predominante, tanto como a inversão estrangeira tem se mostrado mais apta para promover a integração global. Visto assim, as aplicações financeiras internacionais nos países em desenvolvimento, como as da Ásia e a China, possibilitaram-lhes maior dinamismo nos últimos anos, até a crise recente, do que os países desenvolvidos. Os índices de crescimento e desemprego dos países desenvolvidos poderão motivar uma mudança nesta tendência, e a integração regional pode aparecer como protecionismo, combinado com o globalismo do capital financeiro. É nesse sentido que os blocos acima citados vivenciam pressões diferentes quanto a administrar o comércio e os fluxos financeiros. Estes fatos muitas vezes fazem influir em elementos cíclicos, como a regressão do crescimento dos países em desenvolvimento, através de uma recessão que pode ser mundial, até a retomada do crescimento pelos países desenvolvidos num novo ciclo de expansão. A divisão do mundo em blocos tem relação com essa dinâmica, a partir de pólos de influência, daí sua organização atual expressar-se entre União Européia e ALCA, que abarcaria o MERCOSUL. O seu potencial de mercado é sua lógica, e assim se opera a seletividade da globalização.

1.1 O MERCOSUL

O cenário de hoje na América do Sul é diferente daquele de há 15 anos quando a quase totalidade dos países era governada por regimes militares. Não é exatamente adequada a relação entre governos eleitos e a constituição do MERCOSUL, mas é possível que a estratégia do regionalismo aberto esteja mais afeita a esses regimes. Afinal, são mais de 200 milhões de pessoas, um PNB de mais de 1,5 trilhão de dólares, que interessam às companhias transnacionais, portanto, sem os protecionismos como estratégia de política externa. Essa é a exigência disciplinadora de instituições que mediam a submissão dos países do terceiro Mundo, tais como Banco Mundial, FMI, Organização Mundial do Comércio e Conselho de Segurança da ONU.

O MERCOSUL formalmente foi criado em 1991, quando Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai assinaram o Tratado de Assunção. Atualmente esse grupo regional é uma união aduaneira imperfeita, com uma Tarifa Externa Comum (TEC) média de 17%, e com personalidade jurídica própria. Quando o Regime de Adequação for extinto (proposto para o final de 1998 e adiado) e quando unificadas as tarifas de bens de capital e dos setores de informática e telecomunicações, o MERCOSUL seria bem mais do que uma união aduaneira imperfeita, cujo cronograma coincide folgadoamente com o processo de privatização em curso, abrindo para os que já dominam o mundo, as seguintes cifras: mais de 50% do PNB da América Latina, mais de 50% do Produto Industrial, 46% do comércio intra-regional (no âmbito da ALADI, 58% com a inclusão do Brasil e do Chile), cerca de 10% do total do comércio da América Latina com o resto do mundo, 45% da população, 59% da superfície, 80% do investimento na América do Sul.

Diante desse universo, a regionalização é também a busca do domínio sobre as incertezas, para isso estreita e fortalece, por mecanismos de um novo autoritarismo institucional, os laços entre o setor privado e os governos. E neste aspecto, o MERCOSUL é uma referência histórica para o continente, um processo de integração que marca, muito mais do que qualquer outro na região, essa relação de um dinamismo íntimo entre governos e setor privado, caracterizando o que se apresenta como regime democrático (não militares), como de fato o novo autoritarismo, pela exclusão, pelo alcance do domínio político e ideológico e pela incessante desqualificação das alternativas.

Tal processualidade reflete-se, de um lado, nas mais altas taxas dos fluxos de investimentos em todos os tempos, rápido crescimento do comércio de US\$4 bi em 1991 para US\$18,8 bi em 1997 – o que parecia ser confrontação entre países nas décadas anteriores, hoje é buscada cooperação com liberalização comercial. E o que parece ser cooperação é um quadro de crescente exclusão econômica-social de enormes parcelas populacionais, segundo apontam os conhecidos dados dos próprios órgãos oficiais.

Embora, é preciso destacar, tal desempenho não seja ainda suficiente para setores transnacionais, o comércio entre os países do MERCOSUL cresceu quase 400% em sete anos, enquanto o valor exportado para todo o mundo nem chegou a dobrar, subindo de US\$46,6 bilhões para US\$82,4 bilhões nesse período. A dependência entre

os países da região cresceu acentuadamente, mas o déficit que os mesmos acumulam preocupa os agentes capitalistas, afinal, em parte o déficit deriva das políticas de estabilização que têm favorecido os exportadores dos países dominantes.

O MERCOSUL, como principal destinatário do investimento estrangeiro direto na América Latina, é pressionado para melhorar sua infra-estrutura física, ampliar a abertura econômica e redefinir as instituições governamentais, tornando-as mais aptas aos interesses privados.

Possivelmente, em perspectiva, tais exigências se farão à medida que outras tarefas políticas contornem o quadro de incertezas provocado pela crise recente. Isso, no principal depende da consolidação das atuais coalizões de forças governantes para a próxima década, pelo menos, mesmo que recomposto com partidas da oposição, aliás trata de mais legitimidade às políticas econômicas conservadoras. Afinal, a meta de evoluir, além da livre movimentação de bens, para a movimentação de serviços, capitais e pessoas, traduz-se numa integração econômica que pressupõe vontade política para medidas que assim favoreçam, como o Banco do MERCOSUL e uma moeda comum, passaporte comum, enfim, o caminho para o Mercado Comum.

Entretanto, a integração econômica no MERCOSUL implica em alterações e especializações na divisão regional do trabalho, em que a busca das complementariedades se torna importante. Portanto, nem tudo é consenso, especialmente frente às relações com a UE e à constituição da ALCA, cujas negociações são difíceis pela existência de conflitos de interesses dos setores privados nacionais e internacionais, até acertarem o passo dos seus compromissos. Isso já está sendo testado em como manter a integração do MERCOSUL, preservando sua identidade ou os seus interesses privados, na futura área de livre comércio hemisférica.

A complexidade na negociação aumenta com o cenário de crise e os ajustes exigidos pelo FMI e demais organismos multilaterais, que, para manterem seus créditos e sustentarem a credibilidade no Brasil e Argentina, principalmente, exigem maior abertura comercial e de capitais, extra-bloco, dificultando a complementaridade da integração regional.

No caso brasileiro, que considera-se um global trader com seu comércio ainda em ponto de equilíbrio entre as principais regiões (27,3% para a Europa, 25,6% para a América do Sul, 17,7% para os EUA e 14 % para a Ásia), a tendência será insistir nesta

estratégia, dilatando o cronograma da formação da ALCA e participar como bloco. Resta ver se sua estabilidade econômico-monetária ameaçada dará credibilidade e força política aos seus governantes para tal objetivo. Tal aspecto esteve ameaçado no governo de Fernando Henrique Cardoso e é (trata???) de pressão no governo de Luis Inácio Lula da Silva. Sendo assim, é importante conhecer também algumas referências dos outros dois blocos: União Européia e ALCA.

1.2 União Européia

A União Européia parece ter como objetivo principal consolidar-se com um Mercado Integrado, e quem sabe, um mercado único no seu âmbito. Se assim consolidada, significará uma vasta e rica zona econômica de grande importância mundial, quer pelo estágio de desenvolvimento em que se encontram seus principais países, quer pelos números que representam o potencial de sua grandeza: 370 milhões de consumidores – onde o ingresso previsto de mais 11 membros além dos atuais acrescentará mais 100 milhões de consumidores, estendendo-se para o Leste e Sudeste da Europa.-, e 38% do PIB total da OCDE.

A sua importância estratégica para qualquer abordagem de inserção globalizadora reside no fato de ser mais do que uma área de livre comércio, pelo menos é o que se pode deduzir dos termos principais do Tratado de Roma, quais sejam: movimento de mercadorias, serviços, capital e pessoas. As tradições históricas e culturais que fazem distinções e até soberanias parecem sucumbir ao valor mais alto, o globalismo regional como condição econômica e política; não sem conflitos, dado que os serviços financeiros permanecem divididos nacionalmente, sob administração dos estados membros visando proteger seus cidadãos com a cidadania da UE.

Mas o grande atrativo para derrubar barreiras são as ações em busca da atração de investimentos produtivos e especulativos. Desde que - isso já é um ponto negociado - a UE disponha de políticas, patrocinadas por substanciais fundos que induzam o desenvolvimento das regiões mais pobres.

Portanto, mesmo sob governos social-democratas, os impostos empregatícios tendem a diminuir além de políticas sociais que possam ser consideradas restritivas. Implantada a moeda única, como síntese e convertibilidade das assimetrias, ficará

pendente a interpretação sobre a força que terá o Euro com relação às principais moedas, afinal, o globalismo não se faz sem imperialismos.

Ademais, é de se considerar também que o oásis de crescimento estável pode não se manter, dado alguns fatos mais recentes, como os prejuízos bancários decorrentes dos empréstimos à Rússia e a diminuição das exportações para a Ásia, que influenciaram na queda no mercado de ações. Como é muito difícil quantificar as conseqüências da crise econômico-financeira mundial, a incerteza pode inibir consumidores e investidores. Além de que esse quadro é agravado com uma preocupação que já se arrasta há tempos: trata-se do desemprego médio que continua em 11%, influenciando muito no discernimento dos eleitores que substituíram os governos neoliberais por governos social-democratas com a promessa de mais empregos.

A criação do Euro tem conseqüência significativa na estruturação da economia global, afetando mercados financeiros ao ameaçar o monopólio do dólar como moeda que tem favorecido os EUA. Afinal, com a crise, o governo mundial é o G7, que sob o comando dos EUA procura salvar o mundo de uma crise sistêmica. Na prática, os principais países europeus terão de se entender com os EUA na determinação de uma nova forma de relações no mundo financeiro.

As dificuldades para organizar outro patamar das relações do mundo financeiro internacional parecem estar sempre presentes na agenda das cúpulas dos países mais poderosos, agora definida como de interesse dos blocos.

Neste sentido, a estratégia da UE frente à ação dos EUA é articular-se com países de expressão regional ou mesmo com blocos, como o MERCOSUL, a partir, principalmente, da reunião realizada no final de junho de 1999.

A expectativa para esta reunião, com a presença dos 15 chefes de estado da EU, era reduzir barreiras ao comércio e investimentos nos dois blocos. Para isso pretendiam autorizar a comissão executiva a negociar uma área de livre comércio com o MERCOSUL. Os empresários, além dos governos, mobilizaram-se intensamente, procurando influenciar a realização de tal medida, uma espécie de mandato negociador. Tal mandato, entretanto, verificou-se com certas limitações, dado a resistência de alguns países europeus à extensão dos subsídios agrícolas, tendo à frente o governo francês. Como se sabe, o MERCOSUL exporta para a Comunidade Européia basicamente

produtos agropecuários, o que não é do agrado dos fazendeiros europeus. A não viabilização desse mandato, nos termos idealizados, ou seja, de amplos poderes, foi administrada de forma a não fortalecer tanto politicamente a perspectiva da ALCA, daí um entendimento com o governo francês nesta direção.

É evidente que interessa ao MERCOSUL um desenlace num futuro o mais imediato possível pois, em termos de conformação de um regionalismo absoluto, a UE é a chave para a criação de uma zona interatlântica de negócios entre os países do bloco. Tal tentativa deriva pelo menos de 1995, quando foi firmado em Madrid um acordo para constituir uma zona interatlântica, que não avançou desde então pela falta de acordo dos órgãos políticos da UE.

Por outro lado, a existência da nova moeda única europeia tinha um caminho ainda acidentado. Embora o Euro já expresse a Comunidade Europeia, os arranjos institucionais para a criação da moeda enfraqueceram as principais ferramentas de política econômica da Europa. Não se trata apenas dos desarranjos entre os países a refletirem-se numa moeda fraca. A depreciação da moeda pode até ser favorável à retomada de crescimento via exportações, e essa é certamente a política cambial que alimenta a consolidação do Euro. O problema é que a fraqueza da moeda, frente ao dólar, também reflete uma melhor saúde da economia norte-americana, daí sua melhor atratividade como mercado e negócios em geral.

Também no aspecto da sua regulamentação, a administração da economia europeia cede contraditoriamente às críticas neoliberais. Taxações, regulamentações e proteção ao mercado de trabalho continuam imperando países, cujos governos expressam coligações de forças que sustentam tais perspectivas, em função de seus interesses óbvios. De qualquer forma, a tese expressa na fundamentação da União Europeia é de que o importante é que a maior mobilidade do capital unificado na mesma moeda trará uma saudável competição entre os governos e fortalecerá a posição do bloco.

Tal política, por outro lado, é a cara do protecionismo europeu, paradoxal à sua necessidade de abrir-se com outros blocos, onde nem sempre a complementaridade econômica é isenta de ônus. As vantagens comparativas não são totalmente benéficas. Daí as dificuldades que ainda perduram, persistindo, no caso europeu, suas posições com respeito à subsídios diretos às exportações e tarifas.

Se tal posição é mais cômoda e mais segura para a União Européia, pode-se imaginar então o cenário de dificuldade em escala ampliada, com a multipolarização das economias mundiais na Rodada do Milênio da OMC, que iniciou-se em fracassada reunião realizada em Seattle (EUA), em novembro de 1999, notabilizada também pelas mobilizações populares.

Portanto, o clima do encontro de presidentes no Rio de Janeiro (15 da União Européia e 33 da América Latina) foi de insuperáveis divergências pela falta de coesão entre os países do MERCOSUL e pela "administrada" recusa de mandato negociada pela UE. A heterogeneidade de interesses parece definir a globalização noutros termos: o mundo não é único, quer como americano, quer como europeu. Se a América Latina não é coesa, e o próprio MERCOSUL, o bloco mais expressivo, é recheado de divergências internas, dificilmente uma área de livre comércio entre MERCOSUL e EU - e muito menos entre América Latina e EU - poderá realizar-se a médio prazo. Portanto, o mapa geoeconômico do momento poderá confirmar as tendências já predominantes, onde pesam acordos por países, como o realizado entre EUA e México, após a reunião do Rio. Tais acordos não alterarão os desequilíbrios comerciais apenas em aspectos pontuais para alguns países. O quadro, portanto, deverá manter o balanço já conhecido: somente entre 1991 e 1996 os países da América Latina e Caribe aumentaram suas importações de produtos provenientes da UE em 130%, enquanto as exportações da região para o bloco europeu cresceram somente 13%, segundo confirma o SELA (Sistema Econômico Latino-Americano).

Paralelamente à tais dificuldades, a UE continuará sua consolidação como bloco, agregando outros países. Daí o convite, confirmado no final de 1999, ao ingresso da Bulgária, Letônia, Lituânia, Malta, Romênia, e Eslováquia. Trata-se de uma estratégia de atrair o Leste europeu. E outros candidatos continuam na fila.

Mas se a integração do MERCOSUL com a EU, que poderá resultar no maior bloco de livre mercado do planeta (750 milhões de consumidores e movimentando US\$ 9,6 trilhões anuais), teve negociações marcadas para depois do ano 2000, talvez 2001 e novamente adiada, como propuseram os países latino-americanos, isso não significa uma plena realização pois, pelas dificuldades antes lembradas, depende também de outro aspecto importante. Trata-se da institucionalidade da UE, que apresenta-se de forma distinta do MERCOSUL, com exigências de legitimidade, por exemplo.

Pode parecer pouco importante frente ao poder das empresas, mas o Parlamento Europeu, composto por 626 deputados, tem ampliado sua responsabilidade política. O Parlamento tem autoridade para emendar a Legislação (exceto agricultura e união monetária) e vota as indicações dos comissários europeus e do presidente da Comissão Européia. Isso inclusive justifica a preocupação de setores empresariais com um Parlamento esquerdizante, ou seja, que obstrua reformas liberalizantes prejudiciais ao meio ambiente e aos direitos dos trabalhadores. Quer dizer, dependendo da composição do organismo, medidas concernentes ao bloco podem não ser aprovadas pelo Parlamento - caso sejam prejudiciais à saúde ou ao consumidor - o que, para outros blocos, pode soar como protecionismo.

Entretanto, o importante a destacar é que a composição política do Parlamento, como instância decisiva, é um fato político que expressa que não depende só das empresas e da Comissão Executiva os destinos da Europa na globalização. Mesmo considerando que na eleição de junho de 1999 o Parlamento não foi para a esquerda, este não está impedido definitivamente de tal possibilidade. E mesmo pela direita nacionalista, a UE sofreria restrições pela exacerbação dos protecionismos internos aos seus países. Neste caso, o que é sólido também pode desmanchar-se, embora a tendência assim não se apresente, exatamente porque a UE está sendo consolidada cuidadosamente também com medidas compensatórias econômicas e sociais - embora estas ainda estejam aquém dos seus críticos - , o que dá mais estabilidade com as alternâncias de poder.

É necessário lembrar também que uma área de livre comércio só se atinge com a liberalização de pelo menos 90% do fluxo comercial de mercadorias. Atingir tal meta respeitando-se, ao mesmo tempo, o paralelismo para diversificar as dependências é, certamente, tarefa um tanto complexa. O paralelismo aqui referido é entre a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e a Rodada do Milênio, da Organização Mundial de Comércio (OMC), com três anos para ser concluída. Como metodologia para que os acordos sejam respeitados a diplomacia tem proposto que:

- ❖ Nada será acordado até que tudo esteja acertado;
- ❖ E que todos os acordos serão aprovados em blocos e não em partes, da mesma forma que na ALCA.

Enquanto corre o paralelismo, a União Européia aumenta seus subsídios. Só a ajuda dos agricultores para o período 2000/2006 será de US\$ 44 bilhões por ano. É claro que tal subsídio prejudica de imediato os países do MERCOSUL (Gazeta Latino-Americana, de 23 a 29 de Agosto de 1999, p.26). Visto que a UE é a primeira importadora mundial dos produtos agrícolas do MERCOSUL. Parece que as belas palavras dos diplomatas ativistas com o bloco não tem conseguido impedir que os reais interesses que movem o mundo continuem poderosos. O neoliberalismo que aumentou de forma direta boa parte da conformação da União Européia, e que ainda exerce notável influência pelo poder das empresas, sabe que por trás da idealização do livre comércio mundial está um mundo não livre, porque ainda demarcado – se não dividido – entre centro e periferia. E mais do que uma relação entre países, trata-se de uma relação social contraditória.

Em novembro de 1999, em Bruxelas, as negociações entre UE e MERCOSUL concretamente se iniciaram depois do encontro do Rio. No início, cronograma e metodologia de negociação foram definidas. Não sem razão, pois a crise dos blocos, especialmente do MERCOSUL, mostrou que o sistema de solução de controvérsias não tem conseguido resolver os conflitos presentes nos blocos, especialmente após a mudança da política cambial brasileira, mudança esta que apenas sinaliza, como nos parece, a fragilidade institucional deste tipo de integração.

Mesmo no caso europeu, sua integração tem limites. O Banco Central Europeu, sediado em Frankfurt (Alemanha), tem independência frente às pressões dos governos dos países que adotam o Euro, mas mesmo assim não tem conseguido conter a contínua desvalorização diante do dólar norte-americano. Expectativas e decepções com relação à nova moeda, em comparação à outras moedas, são um fetiche que revela expectativas e decepções de quem ganha e de quem perde, e mostra como estes se relacionam politicamente na formação dos blocos de integração econômica. São esses, resumidamente, alguns desafios que caracterizaram a UE, na perspectiva de formação do Mercosul.

1.3 ALCA

A criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) é uma estratégia decidida a partir de interesses oficiais dos EUA e adotada por 34 países do continente americano, a partir da Reunião de Cúpula das Américas, em dezembro de 1994 (Miami). Trata-se do reforço e ampliação dos arranjos bilaterais para garantir uma forma hegemônica de extensão hemisférica, iniciando como área de livre comércio em 2005, a partir da progressiva eliminação das barreiras ao comércio de bens e serviços e aos investimentos. Alguns procedimentos decisórios já foram acertados: a) as decisões deverão ser tomadas por consenso; b) as negociações abarcarão todos os âmbitos do acordo e constituirão um compromisso único ("single-undertaking"); c) os países poderão negociar de forma individual ou em grupos sub-regionais; d) os acordos deverão ter consistência com os dispositivos do Acordo de Fundação da Organização Mundial do Comércio; e) a ALCA poderá coexistir com os acordos bilaterais e sub-regionais, desde que não excedam os seus direitos e obrigações.

Com tais procedimentos a ALCA será uma configuração que incluirá uma população de 776,3 milhões de habitantes, um produto nacional bruto de US\$8,543 tri de dólares (1990) e comércio exterior ao redor de US\$1,2 tri.

Saliente-se que o processo decisório já assumido pelas cúpulas dos países é essencialmente reduzido à reunião de ministros e secundariamente ao Comitê de Negociações Comerciais, integrado pelos Vice-Ministros de Comércio; é previsto também o foro empresarial, de caráter consultivo. A Presidência do processo negociador é rotativa, de conformidade a um calendário já aprovado, cuja conclusão é prevista para o final de 2004. A posição brasileira é de insistir na negociação de constituição da ALCA tendo como base os acordos sub-regionais e bilaterais existentes, como forma de preservar o MERCOSUL, embora não seja essa exatamente a posição do governo dos EUA, que prefere as negociações individualizadas.

Neste aspecto, reside aí, segundo entendimento inclusive das autoridades brasileiras, o desafio maior em curso, qual seja, de como compatibilizar agendas e interesses negociados no subgrupo regional com os interesses hemisféricos, preservando a união aduaneira que já existe em andamento com o MERCOSUL. Tal dificuldade é ampliada tendo em vista as negociações do MERCOSUL com os países andinos e com a União Européia. Neste âmbito nada foi alterado com os governos no Brasil e na Argentina iniciados em 2003.

Uma multiplicidade de negociações, não resta dúvida, mas a equação, pelo visto, não é simplesmente quanto ao tamanho da agenda, mas quanto às prioridades definidas e a que interesses e forças refletem, onde nem sempre a consideração à integridade dos interesses nacionais é adequada, tendo em vista a sobreposição de interesses de forças econômico-financeiras transnacionais presentes em praticamente todo o hemisfério. Os impactos das decisões nem sempre recebem a atenção, e os estudos e as medidas compensatórias pertinentes dado principalmente a ausência representativa de setores que poderiam contribuir com a democratização do processo decisório.

Nestes termos, o consenso aí estabelecido, não é para todos e nem para muitos. Se os governos e empresários têm dificuldades de acompanhar e participar dessa multilateralidade de iniciativas, o que dirá dos setores da sociedade civil já excluídos das decisões, como os trabalhadores e as organizações dos movimentos populares (OMPs).

Embora os empresários já tenham seus cálculos, existe ainda um estudo, nem mesmo um modelo definido, dos impactos econômicos e sociais com a formação da ALCA, especialmente nos países menos industrializados. As conseqüências políticas e sociais são tangenciadas, e a responsabilidade pelas mesmas é diluída na inevitabilidade da globalização, como se os direitos sociais não pudessem ser também globalizados. Trata-se aí de uma decisão política pendente na ALCA.

Neste contexto, duas situações precisam também ser consideradas: primeiro, quanto ao tratamento a ser dado aos direitos sociais e às exigências ambientais, visto que países como o Brasil parecem reivindicar certas vantagens comparativas nesse âmbito; segundo, o peso e influência econômica e política dos EUA no hemisfério, composto por países em situações econômica e políticas mais desfavoráveis e dependentes, não pode ser negligenciado nas definições macroeconômicas que certamente precisarão ser compatibilizadas para formação da ALCA.

Considerando as desigualdades sociais e as diferenças políticas e econômicas entre os países previstos para a ALCA, certamente uma compatibilização macroeconômica apresenta, desde já, problemas que não se resolvem como metodologia de negociação ou de gestão diplomática.

Mesmo em termos de sua função, um sistema de integração a funcionar como modelo poderá, ao invés de corrigir, aprofundar uma distribuição de custos e benefícios

da integração hemisférica. Em se tratando da ALCA, que depende das enormes vantagens da economia norte-americana, é isso que está em jogo. A distribuição desigual dos custos e benefícios atribuídos ao processo de integração nos anos sessenta e setenta foi um dos principais obstáculos ao seu êxito, dado a distinção entre os países e a magnitude da diversidade de graus de desenvolvimento. Tal problema persiste com a liberalização do comércio, adotado como política mais recente pelos principais países latino-americanos. Portanto, não se pode esconder as evidentes assimetrias econômicas, políticas e sociais entre os países que compõem as Américas, onde se sugerem várias interrogações em relação aos impactos dos ajustes de estrutura produtivas díspares à área de livre comércio e da distribuição dos custos e benefícios entre os grandes e pequenos países, assim como entre as classes sociais dentro dos países mesmos. Nesse caso, se coloca, para os representantes dos países latino-americanos, a possibilidade de fortalecimento da integração sub-regional antes das medidas de criação da ALCA.

Tais possibilidades podem ser difíceis, pelo menos nos patamares desejáveis, àqueles que provocariam menos perdas, dado a crise econômica recente que atacou o Brasil e Argentina.

Duas posições ainda não muito bem decididas se apresentam. A do governo norte-americano, que não acredita que a crise na economia brasileira adie o cronograma de implantação da ALCA, com previsão de gradual diminuição de alíquotas de importação da região, a partir de 2005. Para os representantes dos EUA (GM. 17/03/99, p. A-8), "a abertura comercial não pode ser responsabilizada pelas dificuldades vividas pela economia do Brasil."

Outra posição criticada pelo governo norte-americano é a dos setores que vêm pregando o adiamento da entrada em vigor da ALCA por acharem que o país precisa se proteger frente à crise. Na realidade, os americanos se encontram em meio ao maior déficit comercial de sua história, e interessa ao governo sinalizar aos congressistas que o acesso aos produtos americanos no exterior melhora cada vez mais. A política de abertura comercial do Brasil é exigida pelo governo americano como condição de ajuda do FMI, ao mesmo tempo que serve à ampliação dos seus negócios.

É neste ambiente que em Toronto, no Canadá, no início de novembro de 1999, vice-ministros de 34 países que participaram da rodada comercial anunciaram acordos de facilitação de negócios que entrarão em vigor mesmo antes de 2005. Tal acordo

independe do Fast Track do congresso norte-americano, pois são medidas de facilitação de negócios, sem implicações com redução de tarifas. Portanto, enquanto o acordo amplo, que depende do Fast Track, não vem, o Comitê de Negociações Comerciais supervisiona nove grupos, entre eles o de acesso a mercados, agricultura, serviços, investimentos, propriedade intelectual e política de concorrência.

Por outro lado, face à realização da Rodada do Milênio, com seus desdobramentos de liberação mundial parcialmente não obtidos na reunião inicial, a obtenção do Fast Track passa a ser uma urgência para o governo norte-americano. Se nas tentativas anteriores o mandato não foi conseguido porque o governo omitiu do projeto de lei vinculação entre comércio, padrões ambientais e trabalhistas, de ampla reivindicação do interior dos EUA, agora, a urgência da expansão comercial norte-americana é fundamental para completar as negociações da ALCA. Parece que as vantagens do acordo com o México poderão influenciar, pois via México as empresas norte-americanas ampliam sua fatia no mercado mundial. Se o México, contabilmente falando, tornou-se o segundo maior parceiro dos EUA, por outro lado isso expõe sua crescente fragilidade, que é a dependência ante os EUA que afeta a estabilidade de economia interna. Daí a busca, por parte do México, de um rápido acordo com a UE. Fechado esse acordo em novembro de 1999, o México terá acesso a um enorme mercado mundial. Na realidade, o que aí se expressa é que, apesar da conferência da OMC em Seattle ter sido um fracasso, o mundo, que é administrado por blocos, ainda é feito pelo multilateralismo, onde as empresas dos países mais poderosos, mesmo de blocos diferentes, ganham mais acesso aos mercados.

Isso tornará a agenda da ALCA mais urgente, embora mais complicada, pois persistirão as exigências do governo norte-americano em negociar dois temas difíceis, ou seja, a inclusão das cláusulas trabalhistas e meio ambiente.

Ao equacionar tais divergências, sem contemplar os reais desafios de fundo da integração, poderemos ter com a ALCA não novos mercados, mas desvios de acessos aos mercados já existentes, sem resolver a desigualdade estrutural entre os países e entre os grupos sociais.

Neste âmbito, embora aqui esboçado como um quadro descritivo, parece que o desafio para a integração latino-americana é muito maior do que nas décadas anteriores

e a retomada de intenções de fortalecimento do MERCOSUL, pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva, sem transparências estruturais, poderá ser inócuo.

1.4 Os Estados Unidos e o Continente Latino-Americano

No contexto da formação dos blocos econômicos, é preciso destacar algumas caracterizações da intervenção norte-americana, pela inegável força econômica e militar e sua influência no continente latino-americano.

A única visita que Bill Clinton, ex-presidente dos Estados Unidos fez ao Brasil, em outubro de 1997 foi notoriamente marcada pela sua demanda de forças ao mercado latino-americano em geral – e em particular ao Brasil – procurando garantir maiores facilidades comerciais aos produtos americanos.

Dessa forma, a integração continental via a constituição da ALCA significa a quebra das barreiras comerciais entre os países participantes. Trata-se, é bom lembrar, de uma pressão de um governo de um país cujo PIB é mais de dez vezes superior ao do Brasil. Escoar a crescente produção norte-americana é prioridade mesmo que isso aniquile a capacidade produtiva dos outros países participantes e leve prejuízos aos acordos regionais protecionistas, como o MERCOSUL.

Trata-se também, como já caracterizamos, do esforço norte-americano em limitar as ambições japonesas e da União Européia. Tal iniciativa diplomática - a visita de Clinton ao Brasil foi anterior à crise asiática, depois crise da Rússia e, posteriormente, do próprio Brasil – se insere num contexto onde todos esses países foram abalados por movimentações de grandes porções de capital financeiro, compelidos a expor a fragilidade dos fundamentos de suas economias. Pelos indicadores divulgados, a vulnerabilidade da estabilidade monetária dos países citados parece ter aumentado, apesar de apaziguada a crise, dado o aumento da dependência de capitais externos. Isso amplia, no continente latino-americano, um espaço mais favorável à política norte-americana, dado a ausência de um projeto alternativo que seja amplo e ao mesmo tempo unificador da região.

Parece que a crise mundial beneficia a economia norte-americana. Nos últimos anos, o crescimento do déficit comercial foi a válvula de segurança de sua economia.

Funcionou no sentido de diminuir as pressões dos preços ao dar aos consumidores e empresas acesso a produtos importados baratos, enquanto a fragilidade dos mercados de exportação fracos impediram a hipertrofia da capacidade de produção americana. A inflação tem estado sob controle, mas não é suficiente para acalmar os protecionistas do país, que certamente vêem no aumento do déficit comercial uma má notícia para seus negócios. E medidas protecionistas são então definidas em produtos que influenciam mais abrangentemente a economia, como o aço, para o qual a Câmara dos Deputados aprovou em março de 1999 cotas para o produto de fabricação estrangeira. Assim, equilibrando importações via cotas e ampliando o esforço de exportações dos seus produtos, a inflação é contida nos setores que poderiam abalar a demanda interna que se fortalece enquanto as economias externas não se fortalecem.

Tais medidas incentivam protestos do Brasil, a exemplo da União Européia, que questiona na Organização Mundial do Comércio a legalidade de imposições dos EUA de direitos compensatórios sobre o aço importado, no mesmo momento em que a indústria siderúrgica americana pede mais proteção contra o produto estrangeiro. O direito compensatório imposto pelos EUA é mais do que o estabelecimento de cotas, trata-se de estabelecer um percentual entre 6,62% e 9,45% sobre as exportações das siderúrgicas brasileiras, dificultando a competitividade de seus produtos. Tal compensação derivaria da privatização das siderúrgicas brasileiras, segundo o argumento externado por Charlene Barshefsky, representante do comércio dos EUA na OMC. As referidas privatizações, com subsídios do governo brasileiro, possibilitariam às empresas (Cosipa e CSN) operarem com concorrência desleal (G.M. 04/11/99, p. A-2). O interessante dessa argumentação é que o governo norte-americano é constante na pregação das imbatíveis virtudes da iniciativa privada, atribuindo ao controle estatal a falta de competitividade global, daí o incentivo às privatizações no Brasil. O argumento brasileiro, que parece ter obtido certa concordância da OMC, é que, com a privatização, a venda incorpora no preço da empresa os benefícios recebidos como subsídios.

O caso aqui citado, juntamente com outros muitos que a literatura econômica noticia, revela que, além do esforço para exportação, o EUA estão aplicando mecanismos multilaterais com fins protecionistas. Tal empreitada não é sem base, afinal as crises recentes demonstraram que grande parte da arquitetura financeira do mundo está, refeita ou não, sob a égide dos códigos elaborados pelo capital norte-americano, quer dizer, os EUA gozam de uma influência financeira incomparável, além do domínio

tecnológico e do inigualável alcance militar. A abertura comercial mundial tem favorecido extremamente as empresas americanas de atuação mais global, coroando sua posição estratégica.

A questão é: as disparidades que aumentam mundialmente com essa situação já estrutural, estabilizam o crescimento da economia norte-americana? No mínimo um certo desconforto, com ameaças de desestabilização em vários países, aumenta com a subordinação da vida econômica ao império das instituições financeiras que em busca de ganhos valorizam ou desvalorizam as moedas. Enquanto a diplomacia do dólar se efetiva, isso parece indicar que, no momento em que a hegemonia norte-americana se consolida e o neoliberalismo continua apresentando-se como insuperável, muita coisa fica fora dessa "ordem" mundial. Os indicadores sociais, políticos e econômicos que generalizam-se pelo mundo não dão tranquilidade ao desempenho da economia norte-americana, que se fortalece pela dependência que submete outros países. A exuberância do mercado acionário norte-americano, por exemplo, tem sido questionada pelo próprio Alan Greenspan, reconduzido recentemente à presidência do FED. Afinal, a maior economia do mundo é também a mais endividada e desequilibrada. A dívida pública dos EUA, que era de US\$ 2,3 trilhões em 1987, chegou a US\$ 5,6 trilhões. O déficit comercial chegou, em outubro de 1999, a US\$ 218 bilhões, quando em 1997, ano da visita de Clinton ao Brasil, era de US\$ 104 bilhões. Este outro lado da exuberância certamente condiciona a ação econômica, diplomática e militar dos EUA. E o Brasil, Mercosul e todo o continente, certamente estão dentro destas contas, e como? As relações entre os países do continente e os EUA ficam mais difíceis na medida em que os desequilíbrios aumentam e deságuam sobre as populações dos países pobres. O preço desses países sustentarem as tensões advindas do país mais rico pode ser, para esses mesmos países, internamente inadministrável.

Talvez seja esta a caracterização de fundo que limita os processos de integração regional até então instituídos, inclusive o Mercosul.

1.5 O Brasil em cena

Na perspectiva metodológica que orienta o presente capítulo, embora o Brasil não seja o objeto de foco de análise, não se pode perdê-lo como referência especial para a compreensão da formação do Mercosul e suas relações com a formação da ALCA.

Dessa forma, mesmo que ligeiramente, é importante considerar algumas condições que formam o cenário da situação brasileira.

O fato mais notório do período recente é a ocorrência da crise financeira que atingiu o país, parecendo indicar fragilidades nos fundamentos da economia, e que ficou marcada com a desvalorização do real, com ampla repercussão doméstica e no âmbito do Mercosul, especialmente na deterioração da competitividade das exportações argentinas - até então fator de equilíbrio do bloco.

Nestas situações é comum, à política que orienta as medidas econômicas e às decisões dos agentes financeiros e seus investidores, fazerem-se prognósticos, procurando atender para as possibilidades seguras e os riscos tendentes de nossa situação. A taxa de risco definida por tal avaliação pode ser impulsionadora do aprofundamento da crise ou de sua superação.

Poder-se-ia esperar que as críticas mais contundentes às medidas governamentais viessem da oposição, mas neste caso, os prognósticos mais pessimistas originaram-se também das agências financeiras e divulgações de revistas especializadas. A reportagem da Business Week, de maio de 1999, por exemplo, usa indicadores que apontam para a deterioração do ambiente econômico no país, como o crescimento da inflação e do desemprego e a alta dos juros, além de levantar dúvidas sobre a capacidade de reação do governo.

A citada reportagem (G.M. 22/03/99 – p. 17-4), entre outras previsões, indicava que taxas de inflação de 50% a 60% ou mais poderiam voltar a ser a regra. Isto incentivaria os trabalhadores a exigirem a indexação salarial, recurso usado no início da década de 90 para manter o poder aquisitivo dos salários. Tal desenho coloca o combate à inflação e à indexação como prioridade.

A premissa de tal raciocínio é argumentada na observação de que, para escorar a moeda, o governo vinha aumentando acentuadamente as taxas de juros. Como resultado, o país já estaria mergulhando numa recessão profunda, com a economia prevista para encolher entre 3% a 6% em 1999. Inclusive o governo aventava uma queda do PIB em 3,5%, quer dizer, um cenário menos pessimista, mas sem otimismo. O

FMI projetava uma inflação mais reduzida, ou seja, de 17%, o que também não se confirmou por inteiro.

Embora a inflação dos primeiros meses da crise não tenha se repetido, não significa que os indicadores econômicos do país estejam sob controle, pois com a queda inicial de 35% no real, foi permitida a livre flutuação da moeda nos mercados de divisas estrangeiros, podendo, dependendo do cenário internacional, também incentivar a inflação, além de manter uma disparidade com a política cambial da Argentina - não alterada pelo governo de oposição recém eleito e mantendo-se assim o foco de divergências no âmbito do Mercosul -, o que sinaliza que em matéria de política econômica o governo brasileiro, na prática, prioriza as condições extrabloco nas questões mais decisivas à sua governabilidade.

Mesmo que os prognósticos mais pessimistas tenham acertos apenas parciais nas suas tendências, o quadro continua inspirando um cenário de grandes dificuldades para a conquista de uma forma duradoura de estabilidade monetária e econômica em geral, dado que o balanço do que aconteceu não apresenta um quadro favorável.

Se os anos 80 ficaram conhecidos como a "década perdida", a década de 90 foi pior. Segundo dados do IBGE, na década de 80 o Brasil cresceu a um ritmo de 0,8% ao ano, nos anos 90, a média anual fica em 1,8% levando-se em conta um crescimento de 0,7% em 1999. Quanto ao desemprego, ao longo dos anos 80 o índice médio foi de 5,6%, e a média dos anos 90 foi de 6,5% (conforme o método do IBGE). Os problemas sociais se agravaram em decorrência desses fatores, além da ausência de reais políticas compensatórias, o que faz da década de 90, comparativamente pior, embora o atual índice de inflação seja apresentado como um dado de melhoria importante. De qualquer forma, mesmo considerando as posições divergentes que podem estabelecer apreciações diferentes desse quadro, um fato social é consenso: a paralisia econômica.

Se as divergências podem existir quanto às razões da paralisia econômica, não podem ignorar que esta é um fator importante para a definição das políticas domésticas e de relações internacionais, onde o aumento da dependência econômica ao capital externo ou a elaboração de outra estratégia passa a ser decisiva.

Segundo outra crítica, a do economista inglês John Williamson, que cunhou há mais de dez anos a expressão "consenso de Washington", em seminário na capital dos

EUA, o que falta ao Brasil é exatamente terminar as reformas liberais que começou em 1994, sem as quais o país "não vai a lugar nenhum" (FSP, 3/10/99, p.13).

Quer dizer, se nestes dez anos o receituário de medidas, que os países ricos consideram necessário para o desenvolvimento das nações pobres, não teve o efeito idealizado isto se deu exatamente pela implementação incompleta das mesmas: privatização; desregulamentação; e rígido controle da inflação e do déficit público. Esse é o miolo das reformas estruturantes que não foram atingidas plenamente porque o presidente Fernando Henrique Cardoso não conseguiu recompor de forma segura seu apoio no Congresso. Parece então que, para além do economicismo, a política é o imponderável, nem sempre bem balizado pelos prognósticos. Nesse aspecto, ressalte-se a posição emblemática da oposição no Brasil, que coloca o Brasil em chamas exatamente pelo motivo contrário aportado pelo economicista Williamson. Para a então oposição, "o governo não pode continuar acovardado e tampouco insistir no aprofundamento da submissão incondicional à internacionalmente desacreditada política ortodoxa do FMI." (dep. Aloizio Mercadante, FSP, 31/12/99, pp. 2-9).

Diante deste quadro, a perspectiva do Mercosul vai depender de qual política orientará sua gestão. Já que o bloco foi duramente impactado pelo desequilíbrio cambial, e não conta com compensações em linhas especializadas de setores econômicos dos países envolvidos, poderá ser orientado pela prática da dolarização ou, noutra perspectiva, tomar a estratégia de integração latino-americana como decisiva para fazer frente à ALCA e afastar a dolarização da região.

O tempo exige pressa para essa formulação alternativa, sob pena da situação tornar-se mais difícil para o Mercosul, dado que o desaquecimento da economia mundial se não se agravou no final de 1999, também não trouxe segurança de ampla recuperação. Mais um motivo para os agentes financeiros e investidores ficarem atentos aos riscos inerentes – econômicos e políticos. Isso observa-se com a desvalorização do real, ocorrida em meados de janeiro, que não teve o efeito esperado sobre as exportações brasileiras, importantes para seu crescimento e entrada de divisas. O crédito externo, importante para as exportações, ainda depende da confiança no país, além do aquecimento do comércio. Como se sabe, este dado pode apresentar recuperações conjunturais ou retrocessos.

Num cenário de insegurança, qual a margem de manobra para que o país administre tais adversidades e possa de fato realizar a integração regional que o corpo diplomático idealiza?

Outros fatos são importantes de se lembrar. Dentro da política econômica gerida pelo governo brasileiro, uma maneira de diminuir a dívida, que estreita seu espaço de decisões, seria a intensificação do processo de privatização.

Entretanto, retórica à parte, tudo indica, pelos dados do BNDES e do Tribunal de Contas da União (FSP, 5/12/1999, p. 14) que os benefícios concedidos pelo governo federal às empresas compradoras de estatais privatizadas somam US\$ 45 bilhões. Entretanto, as privatizações realizadas nesta década renderam aos governos US\$ 56,2 bilhões, de um patrimônio público avaliado em US\$ 38,3 bilhões. O ganho com a desestatização foi então de US\$ 17,9 bilhões, menos da metade do valor dos benefícios dados aos compradores.

Deve-se recordar que os benefícios contabilizados dos compradores oferecidos pelo governo foram: "aceitar moedas podres" para pagamento; financiamentos concedidos na venda; financiamentos concedidos após a privatização; isenção de Imposto de Renda pelo ágio pago e isenção de Imposto de Renda por dívidas anteriores. É o caso ilustrativo da venda das telefônicas, nas quais o governo investiu 21 bilhões de reais em dois anos e meio e vendeu tudo por uma "entrada" de 8,8 bilhões de reais.

Enquanto prosseguia o Programa Nacional de Desestatização, sob o amparo de capital do BNDES, a dívida aumentava. A mudança na política cambial completa agora, em janeiro de 2000, um ano, com o real perdendo 33,72% de seu valor e o estoque da dívida pública mobiliária (em títulos) indexada ao dólar crescendo mais de 41% (GM, 13/01/2000, p. B-1). Sem dúvida, a consideração deste dado confirma que a estratégia da política econômica do governo FHC diminuiu sua margem de negociação no processo de integração regional, forçando, de uma certa forma, sua adesão à ALCA, mesmo que insista em fazê-lo como Mercosul, quer dizer, recebendo um tratamento como bloco de adesão.

Outro fator poderia ser lembrado: a lucratividade das empresas estatais não estaria dando maior fôlego ao país? Ocorre que a desnacionalização da indústria e do setor de serviços no Brasil produziu saltos significativos na remessa de lucros e dividendos das empresas estrangeiras. As previsões do BNDES são de que, como efeito

colateral das privatizações brasileiras, os investidores estrangeiros que assumiram o controle dessas empresas tendem a aumentar o volume de remessas de lucros e dividendos ao exterior, além de que esses serviços privatizados em nada colaboraram para elevar as exportações brasileiras.

No âmbito interno, como assinalado anteriormente, alguns impactos sociais influenciam a avaliação da referida política econômica, na medida em que se sabe que há uma estreita relação entre pobreza e crescimento econômico, especialmente um crescimento mais voltado ao mercado interno, aprofundando os indicadores de desigualdade social que se mantiveram incólumes nos últimos 50 anos. Esta é uma realidade que não é irrelevante, socialmente, para se traçar a estratégia de ampliação da internacionalização ou mundialização das relações sociais do país. Se o mundo parece reagir à "brasileirização" do social, o Brasil ainda resiste em "ocidentalizar" o Estado social.

Neste aspecto, salienta-se a questão do desemprego como a de maior impacto social. E o balanço, neste ponto, é extremamente negativo. Se ao longo do século XX o Brasil ampliou a participação dos assalariados entre os trabalhadores ocupados, na década de 90 este processo foi revertido. Não se trata, pelas pesquisas que a literatura especializada indica, de um problema apenas de empregabilidade ou de desqualificação do desempregado, pois observa-se um crescimento do desemprego entre pessoas de maior escolaridade, dado este agravado pela desestruturação do mercado de trabalho, sem falar na deterioração das condições e relações de trabalho. Combina-se ainda essa deterioração com o desmonte de políticas sociais universalistas.

O que se pode constatar, como resultado deste quadro, é que o governo federal decidiu por iniciativas de mudanças estruturais concernentes à privatização e liberalização comercial (abertura de comércio exterior) e, ao mesmo tempo, apresentou-se como gestor de crises imediatas, visando manter sua base de apoio, sem uma política de desenvolvimento com parâmetros sustentáveis da economia. O que fica claro é que esta foi uma escolha. Trata-se, portanto, de uma política que procura manter o poder a partir de uma dada coalizão de forças. No campo das relações de trabalho, o Brasil caminha então para ser o paraíso da flexibilidade. Os dados freqüentemente divulgados pelo IBGE demonstram como o crescimento do trabalho informal é inverso à queda rápida dos empregos formais. Um campo propício para rendimentos decrescentes e exclusão social.

Por último, é importante salientar então o sentido lógico dessa ligeira apreciação da cena brasileira: a confiança no governo.

2. Blocos e coordenações de políticas macroeconômicas

É num âmbito bem mais amplo que o seu que residem as possibilidades do Mercosul, quer como negócios e divisão internacional e regional do trabalho, quer como integração, como supõe alguns aforismos mais ideológicos do que práticos. Noutras palavras, o Mercosul caracteriza-se por ser uma iniciativa político-econômica, e não apenas um resultado natural ou automático do globalismo imperialista, mas depende, desde que de fato constituído, de fatos relacionais, ou de sua estratégia como bloco regional frente à formação da UE e ALCA. Se tal premissa for correta, pelo menos dois aspectos relevantes precisam ser ainda considerados.

Primeiro, trata-se da necessidade de coordenação das políticas macroeconômicas, como ponto chave dos governos no processo decisório de âmbito regional. Quer dizer, a premissa sugerida é a da necessidade de ações comuns, onde a evolução econômica das partes supõe ofertas e demandas que envolvem a integração econômica. A implicação prática dessa formulação aparece no fato de que o fluxo de bens varia mais em função dos níveis de atividade e menos em função dos preços relativos, devido às especializações intraindustriais definidas. Essas definições, na época de transição, têm o preço relativo como sendo o mais importante quando as estruturas de produção não estão igualmente integradas. As ações e os benefícios são absorvidos de formas diferenciadas - demandando maiores coordenações - quando as assimetrias são maiores e a interdependência é mais frágil. Portanto, a questão é como internalizar efeitos oriundos de qualquer país, administrando coordenadamente os instrumentos de política.

Por isso, o grupo dos sete países mais desenvolvidos (G7) organiza-se como um foro que preserva a autonomia de decisão quando administram seus problemas de políticas específicas. Já na UE, como vimos, pelo fato de ser um bloco regional, a coordenação macroeconômica é institucionalizadora de regras para lidar com a diversidade de variáveis. Na última situação, que é o caso também do Mercosul, obter acordos cooperativos exige uma possível perda de autonomia de decisão. Quer dizer,

devem estar dispostos, os governos, a modificar valores e instrumentos em respeito aos compromissos e, por outro lado, isso supõe que os mesmos exerçam um domínio efetivo sobre seus instrumentos. Torna-se importante assim a legitimidade dos governos como coalizões representativas e estáveis, mesmo em regimes presidencialistas e não plebiscitários. Sem o que a distribuição de custos e benefícios não tem sustentação.

É de ordem prática, assim, a exigência de democratizar o processo decisório, pois, do contrário, seu caráter excludente ressalta a expressão da intransparência e de insustentável desconfiança. Especialmente nos períodos de crise, o modelo da intransparência guarda associação com formas autoritárias de novo tipo, o autoritarismo de articulação regional e não apenas local.

O segundo aspecto diz respeito à integração no âmbito laboral, supondo que o mesmo tem sido parte importante do 1o âmbito abordado acima. E nesse campo registra-se uma história de fracassos quando se intenta relacionar direitos trabalhistas com políticas macroeconômicas em âmbito regional.

Fracasso porque a tendência, especialmente no Mercosul, é deixar de fora das normas internacionais de comércio os direitos sociais e trabalhistas, que assim tratados são postos como elementos de uma competitividade desleal, em nome da eliminação dos obstáculos à promoção de negócios e atração de investimentos. O argumento que prepondera nesse caso é que as diferenças são próprias da divisão do trabalho e especialização internacional.

O prisma neoliberal do argumento está na suposição de que padrões mais altos de salários são voluntários, logo, os países que assim procedem não têm base para considerarem-se prejudicados pelos que mantêm padrões salariais inferiores, daí o enfoque de negar a necessidade de vincular política comercial com as condições de trabalho. Nesses casos, a soberania de cada país serve como um protecionismo oculto que os países mais atrasados industrialmente utilizam-se para manterem seus padrões sociais, como se os níveis aí alcançados derivassem naturalmente do aumento do comércio. Daí a necessidade de contemplar a participação dos organismos sindicais apenas na legitimação política de tais processos. É uma forma de destituí-los, os trabalhadores, como sujeitos políticos, restando-lhes a adaptação nas formas de reconversão econômico-industrial sob o terror do desemprego.

Dessa forma, muito pouco tem se avançado para estabelecer vínculos de uma relação positiva entre as relações de trabalho e as políticas comerciais no MERCOSUL, inclusive porque a condição autoritária do mesmo prescinde do apoio dos sindicatos.

Logo, uma questão se impõe: que interesses são resguardados na globalização regionalizada? Esconder a resposta é um jogo perigoso, e as crises atestam isso, pois a crença na utilidade das inovações tecnológicas, para promover a riqueza e o bem estar social com equidade, não tem sido suficiente. Se a maior participação dos países em desenvolvimento no processo das decisões mundiais é uma condição anti-crise, também nestes a não ampliação e democratização das decisões têm comprometido seus intentos estabilizadores.